

Amazônia é debatida sem órgãos oficiais

Existem outras idéias, além das oficiais, sobre o futuro da Amazônia. Para provar isso, a Associação dos Pesquisadores do Inpa realizou o debate Alternativas para o Desenvolvimento da Amazônia, que contou com a colaboração de pesquisadores, técnicos e políticos, incluindo a do prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, além de diversas entidades. Reunidos em Manaus, eles abriram um debate em direção a uma nova política de desenvolvimento regional, que respeite a sabedoria da ciência e a tecnologia elaborada pelas populações indígenas e regionais.

O primeiro manifesto do debate ataca especialmente o programa Nossa Natureza, tido como "retórica governamental, que toma como premissa inquestionável a manutenção do atual modelo de desenvolvimento brasileiro". Os participantes do encontro destacam que o Nossa Natureza não beneficia a população da Amazônia, considerando que o programa "degrada o seu meio ambiente e sua qualidade de vida, e continua a concentrar os benefícios dos projetos nas mãos de uma elite nacional e internacional".

Na verdade, esclarece o manifesto, a tão falada "in-

ternacionalização" da Amazônia está em curso, não pela ação de movimentos ecologistas, mas por ações do Governo Militar, ratificadas pela Nova República. Isto perpetua a mesma mentalidade que gerou o programa Grande Carajás, o Polonoroeste, as grandes centrais hidroelétricas, o programa Calha Norte e outros. Para o desenvolvimento regional ser benéfico para o povo da Amazônia, tanto os donos originais da terra como os recém-chegados, é preciso que ele seja sustentável a longo prazo, e atenda prioritariamente aos interesses desta população. Como exemplo gritante, a eletricidade gerada por Tucuruí é usada para processar alumina a baixo custo para os japoneses e não para fornecer energia às cidades da Amazônia.

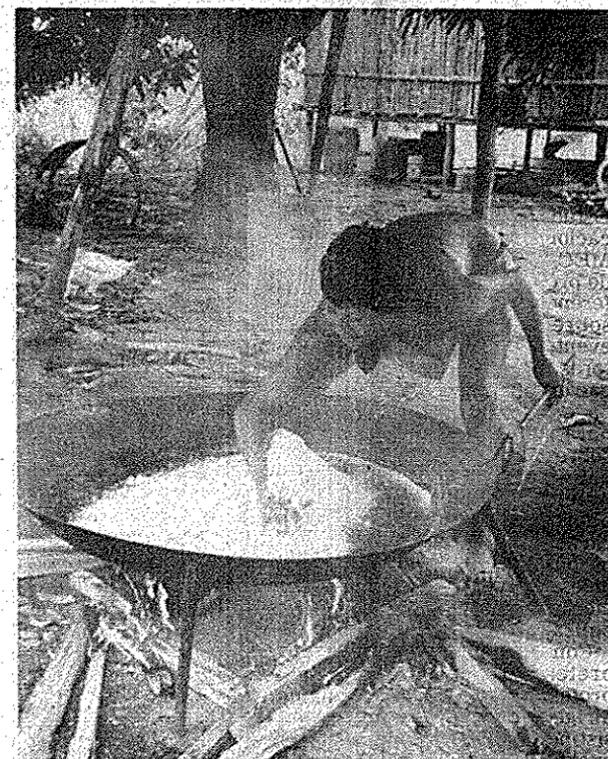
Para os participantes do debate alternativo, embora nascido de um processo viciado, o programa Nossa Natureza, como todos os planos oficiais anteriores, sugere alguns pontos positivos. A exemplo da proibição de uso de mercúrio no garimpo, bem como a necessidade de educação ambiental no País inteiro, a urgência da demarcação das áreas indígenas, a ordenação da ocupação e ex-

ploração territorial, e o apoio à pesquisa sobre os ecossistemas, e suas alternativas de uso. Entretanto, observam que isto também é retórica, pois o Governo não permitiu uma discussão sobre o atual modelo de desenvolvimento não-sustentável e, deste modo, "não é possível atacar as raízes do problema da degradação ambiental na Amazônia, nem no resto do País".

Na opinião dos técnicos, pesquisadores e políticos, uma das medidas complementares enfrenta melhor os problemas do modelo de que faz o próprio programa. "A necessidade de uma reforma agrária verdadeira no Brasil inteiro é urgentíssima, complementada pela ocupação racional das áreas já desmatadas. Não se pode concordar, no entanto, em transferir os problemas da Amazônia para o Centro-Oeste, como proposto em outra medida complementar, pois implicaria na destruição de outro ecossistema nacional", analisam. E acrescentam: "Nosso propósito é levantar algumas propostas não consideradas pelo programa Nossa Natureza e convidar ao debate a sociedade brasileira numa reunião mais ampla.



Proposta visa preservar Amazônia às gerações futuras



Cientistas querem aproveitar a sabedoria indígena

As propostas dos cientistas

O debate alternativo sobre a Amazônia, realizado neste mês de março resultou numa série de propostas, feitas tanto pelos expositores quanto pelo público. Por mais polêmicas que possam parecer, seu objetivo, segundo o manifesto, é contemplar os diversos pontos de vista, fornecer subsídios para um debate mais aprofundado, culminando na elaboração de um projeto de desenvolvimento da Amazônia, a ser submetida pelos participantes do encontro de Manaus à Assembléia Nacional.

No que diz respeito às culturas autóctones, prevê: a demarcação e garantia das terras indígenas, como única forma de assegurar a sobrevivência física e cultural dos índios da Amazônia; preservar, resgatar e valorizar a cultura indígena e cabocla, únicos possuidores do conhecimento milenar necessários para o aproveitamento sustentável da região. Levar a estas populações os resultados das pesquisas e estimular sua discussão e aperfeiçoamento e constituir comitês de apoio à causa indígena, em particular a causa Yanomami, e alertar contra a massificação que impõe valores culturais à estas populações.

Quanto aos recursos florestais, o projeto sugere: definir urgentemente uma política florestal para a Amazônia, criando inclusive institutos estaduais de florestas; implantar novas unidades de conservação, especialmente florestas nacionais, e um serviço flo-

restal com capacidade operacional, que inclua um programa de extensão florestal; intensificar a pesquisa para otimizar a produção florestal, estendendo aos inventários florestais e florísticos também para a várzea e aumentando o número de espécies florestais exploradas.

Entendem os participantes do debate alternativo, que também é preciso fazer uma reforma agrária no País, de modo a solucionar a questão social dos agricultores nos seus locais de origem e como consequência, conter a migração para regiões ainda não desmatadas. Eles destacam a necessidade de rever a política agrícola brasileira, direcionada para a exportação, subsidiada pela sociedade e desfrutada por poucos. Para os pesquisadores, esta política gera contradições do tipo: o Brasil, sexto exportador mundial de alimentos, tem pelo menos 40 milhões de habitantes que passam fome. E propõem: estruturar uma política fundiária adaptada à realidade amazônica, por exemplo, não considerando pastagens como benéficas para obtenção de títulos de terras em áreas com cobertura vegetal original e criando pesados impostos sobre revenda de terras na Amazônia, de modo a diminuir a especulação fundiária; garantir estudos de viabilidade econômica e ecológica antes da decretação de áreas de colonização. E a partir do levantamento das necessidades reais de produtores e con-

sumidores dos centros populacionais, implantar uma política agrícola voltada ao abastecimento interno, favorecendo a pequena produção e a articulação das entidades do setor primário.

Sobre os recursos minerais, energético e grandes projetos, o manifesto sugere: eliminar ou redirecionar os incentivos fiscais já aprovados para atividades não destrutivas; garantir que os relatórios de impactos sobre o Meio Ambiente (Rimas), não sejam meras formalidades, sendo amplamente discutidos pela sociedade antes do começo qualquer etapa das obras, e com poder de veto em relação a estes empreendimentos; proibir acordos de fornecimentos de energia e matérias-primas antes de aprovação dos Rimas, de modo a não tornar "irreversíveis", os empreendimentos propostos; racionalizar a exploração mineral, definindo quando e onde extrair minérios, instalando infra-estrutura em pólos mineradores, controlando o uso de substâncias tóxicas, e definindo objetivos sociais aos lucros obtidos; fazer um levantamento e mapeamento dos recursos minerais em áreas indígenas; estudar alternativas de geração e fornecimento de energia elétrica para as cidades da Amazônia (gás e óleo de jurua ou urucu), interligação às redes elétricas (brasileiras). E condicionar a implantação de usinas de ferro-gusa a sua auto-sustentabilidade energética.